

Melhor cidade brasileira para se viver é paranaense

A melhor cidade brasileira para se viver é paranaense. A constatação foi apontada no ranking divulgado nesta terça-feira (09) pela consultoria Macroplan, que avalia as 100 maiores cidades brasileiras dentro do Índice de Desafios da Gestão Municipal. Ao todo, seis municípios paranaenses figuram no levantamento.

A cidade de Maringá ocupa a primeira colocação da lista. Curitiba foi apontada como a melhor capital brasileira para se viver e no ranking geral figura na sétima colocação. Além delas, Cascavel (11º), Londrina (17º), São José dos Pinhais (32º) e Ponta Grossa (39º) também estão bem posicionadas no estudo. O ranking leva em conta diversos fatores como emprego, segurança, saúde e educação.

O índice de mortalidade infantil é um dos critérios adotados e, no Paraná, ele tem caído desde 2013. O de 2020, ainda preliminar, é de 9,4/1.000 nascidos vi-

vos. Os investimentos em obras de Unidades Básicas de Saúde (UBS) passam de R\$ 82 milhões, somente nos anos de 2019 a 2020, o que ajudou o Estado a evoluir. Os valores envolvem reformas, ampliações e construções. De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, há 289 novas obras em andamento em 164 municípios.

O Paraná também elaborou um plano estadual de enfrentamento à Covid-19 e desde então o Estado se destaca pelas medidas assertivas, tornando-se referência no combate à pandemia, principalmente no atendimento hospitalar.

Alguns estados criaram “hospitais de campanha”, com estruturas hospitalares provisórias e separadas dos serviços de saúde. O Paraná optou pela implantação de leitos exclusivos para atendimento aos pacientes suspeitos e/ou confirmados com a Covid-19 dentro da rede hospitalar já existente.

Foram criados

centenas de leitos de UTI para o enfrentamento da doença e o estado conta com três hospitais próprios e exclusivos para o tratamento: em Telêmaco Borba, Guarapuava e Ivaiporã. Somados, os investimentos nas três unidades passam de R\$ 247,2 milhões.

EMPREGOS

A geração de emprego é outro quesito. Em 2020, o Paraná criou 52.670 vagas de emprego e manteve a 2ª colocação no ranking das unidades federativas que mais geraram vagas no país. Ponta Grossa foi o município paranaense que mais gerou vagas de trabalho: 5.626 ao todo. Curitiba foi a segunda colocada no ranking estadual, com 2.558 novas vagas geradas.

Além disso, um estudo feito pelo Sebrae Nacional a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, apontou que o Paraná foi o estado que mais gerou novas vagas entre os pe-

quenos negócios do Brasil. O saldo foi de 38.272 novas vagas, 72,6% do total de 52.670 empregos gerados em 2020.

EDUCAÇÃO

No ranking por área, Maringá é a quinta melhor cidade brasileira no quesito educação. O Estado tem se destacado também neste setor. Na última avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2019, o Paraná alcançou a quarta melhor nota do ensino médio entre as redes estaduais do Brasil. Em 2017, o Estado ocupava a sétima posição na lista.

Na avaliação de 2019, o Paraná obteve o maior crescimento de nota no ensino médio, subindo 0,7 - saindo de 3,7 para 4,4 pontos. É a maior evolução desde 2005. Se somadas as notas de escolas federais e privadas, o Paraná aparece em terceiro no ranking.

O Estado também ocupa o primeiro lugar do Brasil entre as redes estaduais no Ensi-

no Fundamental - ‘Anos Iniciais’ (até o 5º ano), com nota de 6,8, e ficou na terceira posição para os ‘Anos Finais’ (6º ao 9º ano).

SANEAMENTO

Outro quesito avaliado para classificar as cidades é o índice de

saneamento básico. No Paraná, 100% do esgoto coletado é tratado. A média estadual, de acordo com dados da Sanepar, é que 76% de todo o esgoto é coletado no Estado. Em Maringá e Cascavel, esta média sobe para 99%. Curitiba tem 96,4%

do esgoto coletado; Londrina, 94,8%; Ponta Grossa, 90,7%; e São José dos Pinhais, 77,5%.

Além disso, nos municípios atendidos pela Sanepar, 100% da população urbana tem acesso a água potável.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>



Governador ratifica novo salário mínimo regional do Paraná, o maior do País

O governador Carlos Massa Ratinho Junior ratificou na terça-feira (9) os novos valores do salário mínimo regional do Paraná, que se mantém como o maior do País. Dividido em quatro faixas salariais, que variam de R\$ 1.467,40 a R\$ 1.696,20, conforme a categoria, o reajuste foi aprovado pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (Ceter), vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. O piso será aplicado já na folha de fevereiro, com valores retroativos a janeiro, e é válido até 31 de dezembro de 2021.

O piso regional garante aumento real aos trabalhadores de categorias que não têm convenção ou acordo coletivos de trabalho ou cujo piso salarial não é definido em lei federal. Ele também traz uma base para garantir patamares mínimos para as negociações das categorias com convenção coletiva. Toda a construção da política de valorização salarial é feita de forma paritária dentro do conselho, em discussões que envolvem o Governo, a classe trabalhadora e o setor patronal.

Os valores do Paraná são de 33,4% a 54,42% superiores ao Salário Mínimo Nacio-

nal, que hoje está em R\$ 1.100,00. O ajuste, no Estado, usa o mesmo índice aplicado para o reajuste do Salário Mínimo Nacional para 2021, acrescido de um valor de 0,7%, o que representa 50% do resultado do PIB de 2019.

O maior piso salarial brasileiro, ressaltou o governador, está inserido em uma política trabalhista baseada na valorização e na criação de novas oportunidades para os trabalhadores paranaenses. Ele lembrou que o Paraná foi o segundo estado que mais gerou empregos no ano passado, com 52.670 postos de trabalho com carteira assinada, sendo responsável por 36,9% de todas as vagas criadas no Brasil em 2020. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, e também mostram que o Estado foi o que mais gerou vagas nos pequenos negócios.

“É importante frisar que a valorização do piso, o maior mínimo regional do País, vem em um momento importante para o Paraná na geração de empregos. Este é um dos compromissos que temos com o Estado, de atrair mais empresas e criar mais vagas para

a população”, afirmou o governador.

“A política de valorização salarial, que traz ganho real a diversas categorias, é uma grande iniciativa que se preocupa em garantir um salário digno para a população. O paranaense é um povo trabalhador e muito capacitado”, disse Ratinho Junior.

Ney Leprevost, secretário estadual de Justiça, Família e Trabalho, destacou que o Governo mantém seu compromisso com a classe trabalhadora e com o setor produtivo do Estado. “Com união, diálogo e boa vontade, conseguimos garantir o maior salário mínimo do Brasil. Esse ganho extra faz diferença no bolso das famílias, principalmente durante a pandemia. O mínimo regional é uma referência e dá segurança aos trabalhadores e aos empresários”, afirmou.

NEGOCIAÇÃO

As definições dos índices de reajuste são feitas no âmbito do Conselho do Trabalho, Emprego e Renda, com discussões entre as bancadas que representam os trabalhadores, o setor produtivo e a administração estadual.

“Os trabalhadores do Paraná têm um

ganho real, além do mínimo nacional. Para calcular esse reajuste, levamos em conta o resultado do PIB e a inflação dos anos anteriores, fazendo com que, na prática, o paranaense tenha um salário maior que o restante do País”, explicou Suellen Glinski, chefe do Departamento do Trabalho e Estímulo à Geração de Renda na secretaria.

Para a presidente do conselho, Juliana Dias Bacarin, o diálogo foi fundamental para chegar a um valor que fosse justo para todas as partes envolvidas, já que tanto trabalhadores, como empresários, foram afetados pela pandemia. “A negociação tentou buscar o ganha-ganha, para chegar a um meio termo que beneficiasse a retomada econômica e também a valorização do emprego nos setores beneficiados”, disse.

“Todo mundo teve que fazer flexões, mas chegamos em um bom termo que garantiu o aumento real dos trabalhadores do Paraná e mantém o piso regional como o maior do País”, afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Paraná, Marcio Kieller, que representa a bancada dos trabalhadores no Conselho.

VALORIZAÇÃO

Desde 2006, ano da criação, o salário mínimo regional do Paraná sempre foi estabelecido em patamares superiores aos do salário mínimo nacional. O reajuste no Estado utiliza o mesmo índice aplicado nacionalmente – baseado na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior – com aplicação adicional – com aplicação adicional, a título de ganho real, da variação real do PIB nacional observada dois anos antes.

São quatro faixas salariais, que beneficiam técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos do setor de serviços e ven-

dedores do comércio em lojas e mercados; trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca; da produção de bens e serviços industriais; e de manutenção e reparo.

Na categoria dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, o piso sobe para R\$ 1.467,40. Para o setor de serviços administrativos, serviços gerais, de reparação e manutenção e vendedores do comércio em lojas e mercados, o salário aumenta para R\$ 1.524,60. Esta categoria engloba também a classe de trabalhadores domésticos.

Para os empregados na produção de bens e serviços industriais, o piso vai para R\$

1.577,40. Para o último grupo, na categoria de técnicos de nível médio, o piso passa a ser R\$ 1.696,20. O mínimo regional não se aplica aos empregados que têm o piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, nem aos servidores públicos.

PRESENCAS

Participaram da solenidade o vice-governador Darci Piana; o chefe da Casa Civil, Guto Silva; o diretor de Justiça, Cidadania e Trabalho da Secretaria da Justiça, Cristiano Meneguetti Ribas; e membros do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

